

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

CURSO DE FILOSOFIA

MONOGRAFIA

**A CONCEPÇÃO DE FELICIDADE NA ÉTICA
NICOMACHEA: A TENSÃO ENTRE
CONTEMPLAÇÃO E VIDA PRÁTICA**

ROBSON BARROS DUARTE

**SEROPÉDICA, RJ
2014**



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
CURSO DE FILOSOFIA

A CONCEPÇÃO DE FELICIDADE NA ÉTICA
NICOMACHEA: A TENSÃO ENTRE
CONTEMPLAÇÃO E VIDA PRÁTICA

ROBSON BARROS DUARTE

FRANCISCO JOSÉ DIAS DE MORAES

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de
graduação de Licenciatura em
Filosofia, da Universidade
Federal Rural do Rio de
Janeiro, como requisito parcial
para obtenção do título de
licenciado.

SEROPÉDICA, RJ
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
CURSO DE FILOSOFIA

ROBSON BARROS DUARTE

Monografia apresentada ao curso de Filosofia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Filosofia, no Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

MONOGRAFIA APROVADA EM ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Francisco José Dias de Moraes

Prof. Dr. da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Alice Bitencourt Haddad

Prof^ª. Dr^ª. da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Edson Peixoto Resende Filho

Prof. Dr. da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

CONCEITO FINAL: _____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha esposa Silvia Duarte por me impulsionar a buscar vida nova a cada dia e por ter aceitado se privar de minha companhia pelos estudos, concedendo a mim a oportunidade de me realizar ainda mais.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as dificuldades que povoaram o meu caminho até atingir o meu objetivo, mas não me faltaram incentivos para prosseguir até o final. Amigos foram fundamentais nessa caminhada, uns mais próximos outros não tão próximos assim, porém não menos importantes na minha jornada acadêmica. Amigos como Camila Juliana, Erick Costa, João Lomeu, Lisane Irala, Nathália de Paula, Renato Braga e Rodrigo Pinto, tornaram-se pessoas centrais na minha formação e contribuíram diretamente para que a minha jornada se tornasse mais feliz.

A todos os professores do departamento de filosofia da UFRRJ o meu sincero agradecimento. Em especial ao professor Francisco Moraes que me orientou na elaboração da minha monografia e por todo ensinamento que me passou durante a minha vida acadêmica.

RESUMO

DUARTE, Robson Barros. A Concepção de Felicidade na Ética Aristotélica.
Monografia (Filosofia). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ.
2014

A proposta deste trabalho consiste em analisar o conceito de felicidade na ética aristotélica a partir dos argumentos apresentados por Aristóteles e verificar se a noção de felicidade consiste numa atividade identificada exclusivamente com a contemplação ou numa atividade mais ampla envolvendo o desempenho das virtudes em geral.

Palavras-chave: Aristóteles, felicidade, virtude, contemplação.

ABSTRACT

DUARTE, Robson Barros. Seropédica, RJ.

2014

The purpose of this work is to analyze the concept of happiness in Aristotelian ethics from the arguments presented by Aristotle and verify that the notion of happiness in an activity uniquely identified with contemplation or a broader activity involving performance of virtues in general.

Keywords: Aristotle, happiness, virtue, contemplation.

SUMÁRIO

1. Introdução	9
2. A concepção aristotélica de felicidade no livro I da <i>Éthica Nicomachea</i>.....	12
2.1. A felicidade e o bem supremo como telos da existência humana.....	12
2.2. Felicidade e autarquia.....	17
2.3. Felicidade e virtude.....	19
3. A concepção aristotélica de felicidade no livro X da <i>Éthica Nicomachea</i>.....	23
3.1. A felicidade como contemplação.....	23
4. Conclusão	27
5. Referências Bibliográficas	29

1. Introdução

Felicidade é um conceito complexo que pode ser relacionado ao estado de espírito ou ao modo de viver de uma pessoa ou de uma comunidade. A maneira como se define a felicidade possui várias implicações, tais como modo de viver, relacionamento e educação, passando, enfim, pela maneira de entender qual é o melhor dos bens.

Saber em que consiste a felicidade ainda é um problema que faz com que haja muita discordância entre comentadores contemporâneos, assim como ocorreu outrora. Estamos nos referindo mais precisamente a interpretações que sugerem existir uma contradição entre os livros I e X da *Éthica Nicomachea*¹.

Aristóteles, ao afirmar que a *eudaimonia* deve estar em harmonia com a mais completa virtude, despertou nos espíritos investigadores o desejo de descobrir se o pensador grego defendia uma doutrina do fim supremo como inclusivo ou dominante. Caso o Estagirita estivesse comprometido com a primeira tese, a felicidade seria um bem não contável com os demais bens que incluiria e organizaria os bens (como por exemplo: bens da alma, bens do corpo e bens exteriores), na mais perfeita harmonia. Já se o seu empenho em mostrar em que consiste a felicidade tendesse para a concepção dominante, a *eudaimonia* seria identificada com a sabedoria teórica. Afinal qual tese defende Aristóteles?

Entre os espíritos que se lançaram no trabalho investigativo temos W.F.R Hardie, que em seu artigo “the Final Good in Aristotle’s Ethics” introduziu a discussão citada acima. Hardie encontra-se entre os autores que defendem a doutrina do fim supremo dominante.

Embora o debate em torno da doutrina do bem supremo tenha despertado o interesse dos comentadores contemporâneos, a partir da publicação do artigo de Hardie

¹ De acordo com Wolf (2010, p. 15) sobre o tema da ética, a *Ética Nicômaco* não foi o único escrito a ser nos transmitido; temos ainda dois outros escritos a *Magna moralia* e a *Ética a Eudemo*. Ainda de acordo com Wolf, segundo a opinião da maioria dos pesquisadores, a *Magna moralia* é posterior às outras éticas e não foi composta pelo próprio Aristóteles. Igualmente a *Ética a Eudemo* foi por longo tempo considerada inautêntica, mas nesse meio-tempo as coisas se modificaram e acabou-se por reconhecer a importância da *Ética a Eudemo*, sobretudo graças aos trabalhos de Anthony Kenny.

esta tensão, de acordo com Zingano (2009, p.485-486), já havia sido detectada em um comentário à *Ethica Nicomachea* feito por Aspásio², no qual ele diz que a felicidade deve ser vista como contendo todas as virtudes, as práticas e as teóricas, ou se deve pôr dois tipos de felicidade, um menos perfeito, a felicidade prática, outro mais perfeito, o que une teoria e prática, ou se deve supor que a contemplação é, de certo modo, simultaneamente prática e fim da política, o que produziria um tipo de *eudaimonia* mista, os homens virtuosos sendo exortados a se dedicarem não somente à vida política, mas também à contemplação?

Nossa pesquisa não tem por objetivo principal adentrar, de maneira aprofundada, no mérito dessa contenda. Sabemos que a Ética aristotélica possibilita muitas interpretações que, conseqüentemente, geram muitos problemas. Saber realmente se o Estagirita apresenta concepções de felicidade divergentes requer um estudo mais aprofundado sobre o tema.

O nosso objeto de pesquisa visa compreender como é pensada, por Aristóteles, a realização da felicidade, dado que, para ele, a felicidade é um bem que cabe ao homem realizar através da prática.

Mesmo deixando transparecer a nossa inclinação para o lado dos comentadores que defendem que Aristóteles adota uma concepção de felicidade prática da vida política (*bíos politikós*), buscaremos em nossa pesquisa elucidar como se realiza a felicidade na visão aristotélica tendo como princípio a definição de felicidade como um bem humano a ser realizado pela ação humana no exercício de uma função própria (*érgon*).

Para Aristóteles, a *eudaimonia* é o fim último da humanidade, sendo o que de melhor se pode almejar. Todavia, existe controvérsia com respeito ao tipo de modelo de fim que é a *eudaimonia*. Acredita-se que ela, a *eudaimonia*, seja um único fim superior. Ou quem sabe ela seja um conjunto de fins? Qual caminho seguir para encontrar resposta a tal indagação? Sendo a *eudaimonia* uma atividade realizada pelo homem, ou seja, uma atividade especificamente humana, acreditamos que devemos examinar o gênero de tal atividade, a fim de elucidar a questão.

² Aspásio foi um filósofo peripatético grego, que floresceu provavelmente no final do século I, ou talvez, durante o reinado de Antonino Pio.

E na tentativa de alcançar o propósito, mencionado no parágrafo acima, dividimos o nosso trabalho monográfico em dois capítulos. No primeiro capítulo trataremos do conceito de felicidade proposto no livro primeiro da *Éthica Nicomachea*. *E a conexão estabelecida entre o conceito de felicidade, e os conceitos de autarquia e virtude.*

No segundo capítulo abordaremos o conceito de felicidade sob a ótica da contemplação como única possibilidade de uma felicidade perfeita. Verificaremos alguns argumentos apresentados por Aristóteles no livro X que possibilitaram de alguma forma, a interpretação de haver uma tensão entre este último e o livro I.

2. A concepção aristotélica de felicidade no livro I da *Ética Nicomachea*

2.1 A felicidade e o bem supremo como telos da existência humana

A felicidade observada como finalidade das ações humanas soa como se querer ser feliz fosse algo natural no ser humano, visto que ninguém em perfeito juízo escolheria ser infeliz. No entanto, nem sempre as opiniões estão de acordo sobre aquilo em que ela consiste. Para solucionar tal impasse, Aristóteles irá propor um bem supremo para o qual todas as aspirações humanas tendem.

Aristóteles começa a expor suas teses no primeiro livro da *Ética a Nicômaco*³ apresentando um delineamento do que seja o bem. O Estagirita nos adverte da complexidade de tal assunto, devido às incertezas que surgem quando nos dispomos a tratar de assuntos relacionados à esfera da ética, dado que não podemos extrair de tais assuntos respostas precisas como as que extraímos das discussões teóricas, como a geometria.

Dando um passo mais adiante, o filósofo grego passa a analisar as diversas atividades realizadas pelo homem e conclui que toda ação sempre almeja um fim.

Cabe ressaltar que Aristóteles possivelmente tinha em mente que quando agimos em um estado normal de consciência todas as nossas ações têm por objetivo a realização de algo bom para nós. Como para o pensador grego a felicidade é algo que naturalmente o homem busca, podemos pensar, então, que mesmo quando não pensamos sobre nossas ações estamos sempre buscando esse fim supremo?

Prosseguindo em sua análise Aristóteles escreve

Toda arte e toda investigação, bem como toda a ação e toda escolha, visam a um bem qualquer; e por isso foi dito, não sem razão, que o bem é aquilo a que as coisas tendem. Mas entre os fins observa-se certa diversidade: alguns são atividades, outros são produtos distintos das atividades das quais resultam; e onde há fins distintos das ações, tais fins são, por natureza, mais excelentes do que as últimas (ARISTÓTELES, 2001. P.18).

³ De acordo com Wolf (2010, P,21) as teses apresentadas são (a) tese de que toda ação aspira um bem (b) A tese de que deve haver um fim último para o agir, um fim ótimo, se nosso agir e nosso querer devem ter algum sentido (c) A tese de que esse fim decisivo é a *eudaimonia*, o bem viver humano.

Observa-se na passagem acima que o Estagirita estabelece uma conexão entre fim e bem. Nota-se também a existência de uma pluralidade de fins. Ora como saber, então, qual o melhor dos fins?

Em um primeiro aspecto, precisamos entender que Aristóteles não desconsidera essa multiplicidade de fins. Para solucionar tal impasse, ele introduz uma ordenação hierárquica de fins e isso lhe possibilita delimitá-los. Nas palavras de Wolf:

A multiplicidade de fins ou bens pode ser reduzida. Isso porque nem todos os fins têm o mesmo valor; ao contrário, há uma determinada graduação de fins quando eles pertencem a um âmbito interconectado, e correspondentemente também uma graduação das *tekhnai* incumbidas de sua realização. Por meio dessa hierarquização dos fins organizam-se âmbitos de ação mais amplos na direção de um fim diretivo, e correspondentemente também as *tekhnai*, que levam a efeito os fins a elas submetidos, subordinam-se à *tekhne* diretiva sustentadora. Assim, a *tekhne* da selaria existe em função da cavalaria; a cavalaria, por seu turno, está subordinada à *tekhne* da condução de guerra. Ali o fim da *tekhne* subordinada, uma vez que os fins subordinados são perseguidos em função dos superiores (WOOLF, 2010. P. 25-26)

A delimitação de fins efetuada por Aristóteles não nos parece resolver de maneira definitiva a problemática do saber qual é o melhor dos fins, a não ser que Aristóteles estivesse convicto de que todo homem tinha plena consciência de que todas as ações humanas estivessem orientadas para um fim único. Como não tinha tal certeza, o pensador, como forma de prevenção, recorre ao argumento da *reductio ad absurdum*.

Bem assim, Hooft demonstra o caráter incontornável da felicidade com fim das ações:

Se eu disser que estou estudando filosofia a fim de aumentar minhas perspectivas de trabalho, posso prosseguir perguntando por que eu iria querer aumentar minhas perspectiva de trabalho. E se eu responder dizendo que quero mais dinheiro, posso então prosseguir perguntando por que eu quero mais dinheiro. E seu eu disser que é porque eu quero viver na suntuosidade, e assim por diante. Em algum momento é provável que eu atinja uma resposta do tipo “porque eu quero ser feliz”, e este é um ponto além do qual meu questionamento não pode ir. (HOOFT, 2013, p. 78)

Ou, nas palavras de Aristóteles:

Se então nossas atividades têm algum fim que queremos por si mesmo e por causa do qual queremos todos os outros fins – se não escolhermos tudo por causa de outra coisa (porque isso envolverá uma progressão infinita, de modo que o nosso objetivo será vão e inútil) – é evidente que este deve ser o bem, que é o bem supremo (ARISTÓTELES, 2001. P.17).

Com efeito, Aristóteles identifica a existência de um fim último para as ações humanas como uma estratégia para evitar a progressão ao infinito. De fato, como existem vários fins que são desejados por causa de outros fins, faz-se necessário que algum fim seja alcançado, pois se nenhum for desejado por si mesmo essa operação se repetiria infinitas vezes e conseqüentemente o homem não alcançaria o fim desejado. Com tal argumento, Aristóteles supõe interromper o nosso desejar, pois já não teria sentido almejar outra coisa para além da felicidade.

De fato, não faz nenhum sentido perguntar por que alguém quer ser feliz. Desse modo, a felicidade cumpre bem o papel de finalidade última das nossas ações.

Dada por justificada a importância de identificar um fim último para as ações humanas, o filósofo precisa demonstrar qual é a natureza desse bem, tendo em vista que “o fato de ser a eudaimonia a ocupar o posto axiológico de melhor dos bens na aspiração dos seres humanos não é autoevidente no conceito de *eudaimonia*, mas deverá antes ser mostrado.” (Wolf, 2010, p, 29)

Após identificar que a ação humana tende a um fim supremo, Aristóteles preocupa-se em demonstrar qual é o fim que orienta o agir humano.

Quanto ao nome desse bem, parece haver acordo entre a maioria dos homens. Tanto a maioria como os mais sofisticados dizem ser a felicidade, porque supõem que ser feliz é o mesmo que viver bem. Contudo, acerca do que seja [ou] possa ser a felicidade estão em desacordo e a maioria não compreende o seu sentido do mesmo modo que o compreendem os sábios. A maioria das pessoas pensa que se trata de alguma coisa simples e óbvia, como o prazer, a riqueza ou as honras, embora também discordem entre si; e muitas vezes o mesmo homem a identifica com diferentes coisas,

dependendo das circunstâncias: com a saúde quando está doente, e com a riqueza quando é pobre. (ARISTÓTELES, 2001. P.19).

O Estagirita começa seu esclarecimento a partir das opiniões correntes na tradição cultural do seu tempo, fazendo uma sucinta referência aos pontos de vista considerados principais e identifica três costumes de vida, a saber, a vida de prazer, a vida política e a vida contemplativa.

Com efeito, definir o que é a felicidade não é tarefa fácil, visto que as opiniões são diversas. Por exemplo, se fizermos a pergunta para um hedonista, ele dirá que é o prazer, para um doente dirá que é obter a saúde. Desse modo, a cada vez que a pergunta sobre o bem for proferida, a resposta será sempre relacionada ao modo de vida ou a condições físicas ou emocionais. Como, por exemplo, se pautarmos a nossa vida pela busca da realização das nossas necessidades sensíveis estaremos nos assemelhando aos animais irracionais, visto que estes também almejam a realização de suas necessidades sensíveis.

Vale ressaltar que o Estagirita apresenta uma hierarquia de bens, dividindo-os em bens relativos e intrínsecos ao homem. Os primeiros são bens necessários para a vida cotidiana, por exemplo, riqueza, estirpe, beleza e saúde. Em outras palavras, bens relativos são bens que mudam de acordo com as circunstâncias e sempre são desejados em função de outros bens maiores. Já os segundos são bens que não visam outros, por possuírem auto-suficiência. Portanto, estes são bens supremos.

A felicidade identificada como riqueza, honra e prazer não representa o bem final proposto por Aristóteles. Para esse pensador, estes últimos são apenas instrumentos para alcançar a felicidade.

Porém, como dissemos, a felicidade necessita igualmente dos bens exteriores, pois é impossível, ou pelo menos não é fácil, praticar ações nobres sem os devidos meios. Em muitas ações usamos como instrumentos os amigos, a riqueza e o poder político; e há coisas cuja ausência empana a felicidade – como a estirpe, a boa descendência, a beleza. De fato, o homem de muito má aparência, ou mal nascido, ou solitário e sem filhos, não tem muitas possibilidades de ser feliz, e tê-las – ia ainda menos se seus filhos ou amigos fossem extremamente maus, ou se a morte lhes houvesse roubado bons filhos e amigos (ARISTÓTELES, 2001. P. 31).

Desde modo podemos aferir que o Estagirita não descarta a participação dos bens relativos na constituição da felicidade humana.

Seguindo com sua proposta de definir o teor da felicidade, Aristóteles pergunta pela função do homem e identifica uma conexão entre perfeição e função, ou seja, segundo ele, a perfeição de cada coisa consiste na função que desempenha. É preciso então descobrir qual é a função do homem.

Mas dizer que a felicidade é o bem supremo talvez pareça uma trivialidade, ficando ainda por explicar mais claramente o que ela seja. E para tanto, parece-nos que a tarefa seria mais fácil se pudéssemos determinar qual é a função do homem. Pois da mesma maneira como para um flautista, um escultor ou outro artista, e em geral tudo têm uma função ou atividade, considera-se que o bem e a perfeição residem na função, com o homem, se ele tem uma função, seria aplicado o mesmo critério. (ARISTÓTELES. 2001. P, 27).

Parece-nos que aquilo que Aristóteles tinha em mente nesta passagem não era apenas determinar a função do homem, mas também a de determinar o que é o bem na realização de algo, isto é, que o bem na realização de uma atividade não consiste na simples realização, contudo na realização virtuosa. Ou seja, não é bom o pianista que simplesmente toca piano e tire dele qualquer acorde, porém o que toca piano com excelência, maravilhando quem ouve a sua música.

Para Aristóteles, a felicidade consiste na atividade mais característica do homem, ou seja, naquela característica que define a sua função no mundo. E para demonstrar a anunciada função, o Estagirita segue pelo caminho da eliminação, ou seja, ele vai eliminar as funções que o homem compartilha com outros seres vivos⁴:

⁴ De Wolf Input (ROCHE, 1992) Aristóteles procura demonstrar tal determinação do homem graças a um procedimento próprio das ciências naturais. Para isso ele lança mão do modo usual de definição indicando o gênero e a diferença específica. Segundo o gênero, o homem é aquele ser vivo que deve distinguir-se das espécies desse gênero.

A vida parece ser comum até as próprias plantas, mas estamos, agora, buscando saber o que é peculiar ao homem. Excluamos, pois, as atividades de nutrição e crescimento. A seguir há a atividade de percepção, mas dessa também parecem participar o cavalo, o boi e todos os animais. Resta, portanto, a atividade do elemento racional do homem; desta, uma parte tem esse princípio racional no sentido de ser obediente a ele, e a outra, no sentido de pensar. E, como a “a atividade do elemento racional” também tem duas acepções, devemos deixar claro que nos referimos aqui à acepção de exercício ativo desse elemento, pois esta parece ser a mais própria do termo (ARISTÓTELES. 2001. P. 27).

Feita a eliminação das atividades de viver, reproduzir-se e perceber, que são comuns aos demais seres vivos, Aristóteles conclui que o homem possui em sua constituição um elemento que o distingue dos demais seres vivos, qual seja, a razão. Sendo a razão a responsável por proporcionar ao homem a mais elevada forma de vida e possibilitar o alcance da felicidade, o pensador grego entende que esta última é a mais nobre faculdade humana.

2.2 Felicidade e autarquia

No capítulo sétimo do livro primeiro da *Ética nicomaquéia*, o pensador grego identifica critérios que um bem deve possuir para ocupar o posto de bem final da existência humana, como por exemplo, o de completude. No entanto nos ateremos neste capítulo ao critério da autarquia visto que o Estagirita estabelece uma identificação desde último com uma vida feliz e absoluta e em vista disso, assevera:

Chamemos aquilo que merece ser buscado por si mesmo mais absoluto do que aquilo que merece ser buscado por causa de outra coisa, e aquilo que nunca é desejável no interesse de outra coisa chamemos mais absoluto do que as coisas desejáveis tanto em si mesmas como no interesse de outra coisa (ARISTÓTELES, 2001. P.25).

Com base no argumento do bem absoluto, Aristóteles apresenta a felicidade como algo autárquico, isto é, como algo que por si só é capaz de tornar a vida desejável não carecendo de nada. E assim o Estagirita define a autossuficiência:

Definimos a autossuficiência como aquilo que, em si mesmo, torna a vida desejável por não ser carente de nada. E é desse modo que entendemos a felicidade; além disso, a consideramos a mais desejável de todas as coisas e não como um bem que entre outros, pois, em caso contrário, é evidente que ela se tornaria mais desejável mediante a adição até do menor bem que fosse, uma vez que desta adição resultaria um bem maior, e quando se trata de bens, é sempre mais desejável o maior. Assim, a felicidade é algo absoluto e autossuficiente, e a finalidade das ações (ARISTÓTELES, 2001. P.26).

A partir do argumento da autossuficiência, o pensador grego deixa claro o que entende por felicidade e o que a torna a única candidata capaz de ocupar o posto de bem absoluto. Dado que ela possui todas as características necessárias para ocupar tal posto, a felicidade é absoluta, autossuficiente e é a finalidade das ações. Assim, como nos diz Wolf:

O que é autossuficiente é determinado como aquilo que por si mesmo torna a vida digna ser vivida e à qual nada falta. Também aqui é pertinente dizer que a *eudaimonia* é aquilo que locupleta com precisão essa exigência. Isso é confirmado com o adendo que diz que a *eudaimonia* é o mais digno de ser escolhido, não sendo contado como um bem entre outros, pois, se fosse enumerado entre outros bens, então a soma de *eudaimonia* mais outros bens menores seria maior que só a *eudaimonia*, seria assim mais digna de ser escolhida. (WOLF, 2010, p. 32.)

Para Aristóteles, dizer que a felicidade é o bem supremo soa como algo corriqueiro, sendo, então, necessária uma explicação mais clara. E para encontrar tal clareza o Estagirita sugere que descubramos qual é a função própria do homem.

Pois da mesma maneira como para um flautista, um escultor ou um outro artista, e em geral para tudo que têm uma função ou atividade, considera-se que o bem e a perfeição residem na função, com o homem, se ele tem uma função, seria aplicável o mesmo critério (ARISTÓTELES, 2001 p.26).

Aristóteles retoma nesta passagem o que havia anunciado anteriormente como uma das características da felicidade, qual seja que ela deveria ser algo próprio do homem.

Como tudo têm uma função não poderia ser diferente com o homem. No entanto, essa função não deve ser comum aos demais seres vivos. Funções como viver, nutrição, crescimento e percepção não são funções específicas dos homens, visto que delas também partilham outros seres vivos. Aristóteles se refere a uma atividade que seja especificamente humana, ou seja, a atividade do elemento racional.

2.3 Felicidade e virtude

Encontrada a função que distingue o homem dos demais animais o pensador grego dá mais um passo adiante em sua tese sobre a felicidade e identifica mais uma característica do bem final e afirma que:

“Uma vez que a felicidade é, então, uma atividade da alma conforme à virtude perfeita, é necessário considerar a natureza da virtude, pois isso talvez possa nos ajudar a compreender melhor a natureza da felicidade”.(ARISTÓTELES, 2001.P.36)

Como houvera postulado que a felicidade é a atividade da alma racional na virtude, o pensador grego admite, então, a necessidade de investigar em que consiste esta última, e começa sua investigação focando na virtude da alma, visto que, para ele, é essa a virtude que guarda relação com a felicidade.

Para Aristóteles, a fim de saber em que consiste a felicidade, é preciso que tenhamos um conhecimento minimamente razoável da alma e da virtude.

Como já apresentamos no capítulo anterior, Aristóteles descarta as funções que não são especificamente humanas, a saber, nutrição, crescimento e percepção, pois, essas funções não requerem atividades da alma racional para serem executadas e não participam das virtudes consideradas humanas.

Dando um passo mais adiante, o Estagirita tece considerações sobre as partes da alma desiderativa e racional. A primeira, segundo ele, não possui princípio racional, no entanto participa da alma que possui. Para Aristóteles, o relacionamento da parte da alma que não possui racionalidade com a razão se dá pelo fato de ela, a alma desiderativa, possuir a capacidade de ouvir e obedecer às orientações da parte racional.

Aristóteles estabelece a divisão da alma e, como consequência de tal divisão, surge a divisão das virtudes.

A virtude também se divide em espécies, de acordo com esta subdivisão, pois dizemos que algumas virtudes são intelectuais e outras morais; por exemplo, a sabedoria filosófica, a compreensão e a sabedoria prática são algumas das virtudes intelectuais; e a liberdade e a temperança são algumas das virtudes morais. De fato, ao falar do caráter de um homem não dizemos que ele é sábio ou que possui discernimento, mas que é calmo amável ou temperante; porém, louvamos um homem sábio referindo-nos à sua disposição de espírito, e às disposições de espíritos louváveis chamamos virtudes. (ARISTÓTELES, 2001. P.39).

A partir da divisão das virtudes surgem outras novas, que passam a ser objeto de estudo de Aristóteles, como por exemplo, a sabedoria prática, que tem sua origem na parte calculativa da alma, e a sabedoria teórica, que se relaciona com a parte científica da alma.

Para Aristóteles, tanto a sabedoria teórica quanto a prática “são desejáveis e dignas de escolha porque são as virtudes das duas partes respectivas da alma, e o seriam ainda que nenhuma delas produzisse nenhum efeito” (ARISTÓTELES, 2001. P.142). Aristóteles esboça na passagem acima a possibilidade da presença das virtudes éticas e *dianoéticas* no construto da felicidade. Para o pensador, o homem necessita praticar as duas espécies de virtude, ou seja, as relacionadas às atividades intelectuais e as que se relacionam à disposição de caráter.

Até aqui já estamos cientes da importância das virtudes para definirmos em que consiste a felicidade, sabemos que o bem humano é uma atividade da alma em harmonia com as virtudes guardando certa conexão entre elas. Cabe aqui perguntar qual virtude devemos eleger para ocupar o posto de a mais completa das virtudes?

Não nos parece haver uma virtude que seja a mais completa. Optar por uma virtude em detrimento da outra não nos parece ser o caminho indicado por Aristóteles. Acreditamos que não podemos, por exemplo, optar por uma virtude e agir somente por ela, ou seja, não podemos escolher a virtude da prudência e desconsiderar a virtude da sabedoria.

Parece-nos que quando Aristóteles fala da existência de uma diversidade de virtudes, ele não elege uma efetivamente como a melhor das virtudes. Pensamos que tal virtude se tornará a melhor na medida em que apresentar nela a excelência de todas as outras virtudes. Desse modo, acreditamos existir uma relação de completude entre as virtudes, ao invés de uma relação de dominação. Nas palavras de Aristóteles:

Em primeiro lugar, diremos que a sabedoria prática e a sabedoria filosófica devem ser dignas de escolha porque são as virtudes das duas partes respectivas da alma, e o seriam ainda que nenhuma delas produzisse nenhum efeito. Além disso, elas de fato produzem alguma coisa, mas não como a arte médica produz saúde, e sim como a saúde produz saúde. É assim que a sabedoria filosófica produz felicidade, pois sendo ela uma parte da virtude inteira, torna o homem feliz por estar na sua posse e de atualizar-se. Acresce que a função de um homem somente é perfeita quando está de acordo com a sabedoria prática, com esta faz com que nosso objetivo seja certo, e a sabedoria prática, com que escolhemos meios certos. (A quarta parte da alma, a nutritiva, não tem nenhuma virtude que contribua para a função própria do homem, pois não depende dela fazer ou deixar de fazer seja o que for) (ARISTÓTELES, 2001. P.142).

O Estagirita deixa claro que não existe subordinação entre as virtudes e sim uma conexão entre elas, sobretudo quando discorre sobre as virtudes éticas e a virtude da prudência:

Fica claro, então, pelo que foi dito, que não é possível ser bom, no sentido estrito da palavra, sem sabedoria prática, nem é possível ter essa sabedoria sem ter a virtude moral. Desse modo, podemos também refutar o argumento dialético segundo o qual as virtudes existem separadamente umas das outras, e a mesma pessoa não é perfeitamente dotada pela natureza para todas as virtudes sem ter ainda adquirido uma outra. Isso é possível no que diz respeito às virtudes naturais, contudo não àquelas que nos levam a qualificar um homem (1145 a) de bom em sentido irrestrito, pois com a presença de uma só qualidade – a sabedoria prática- ele terá todas as virtudes (ARISTÓTELES, 2001, P.143-145).

Sobre a questão das virtudes, Zingano nos oferece a seguinte proposta, a saber:

Gostaria de propor que, quando Aristóteles escreve que a felicidade é uma atividade da alma segundo a virtude, e se houver várias, segundo a virtude mais perfeita, talvez ele não esteja nos propondo escolher uma entre outras, mas preferir um modo no qual ela é acompanhada de prudência. (...) Igualmente, a virtude moral perfeita humana não é uma virtude entre tantas, mas é o modo de agir moral acompanhado de prudência, o que pode ser o caso para todas as virtudes. A escolha antiga é assim corrigida, pois nenhuma virtude é escolhida em detrimento das outras, ao mesmo tempo que o que havia de razoável neste procedimento é posto em evidência: era preciso escolher, não no sentido de pegar uma virtude em detrimento das outras, mas no sentido de escolher o modo de ser virtuoso em que cada virtude é acompanhada de prudência.(ZINGANO.2009.p,497-498).

Embora Aristóteles concorde com a opinião dos seus contemporâneos que definem a felicidade como virtude, o Estagirita não compartilha a mesma idéia quando eles afirmam que ser feliz é apenas possuir virtude. Para o pensador grego, possuir virtude não significa ser feliz, dado que para ser feliz é preciso exercer as virtudes e não apenas possuí-las.

Sendo assim, podemos concluir que no livro I da *Ética a Nicômaco* Aristóteles postula uma concepção de felicidade pautada na realização prática, cujas ações devem ser virtuosas. Diante do que foi exposto pensamos que seja necessário uma educação dos homens para serem felizes.

3. A concepção aristotélica de felicidade no livro X da *Éthica Nicomachea*

3.1 A felicidade como contemplação

O modo de vida contemplativo surge no livro X como a única candidata a fim último da existência humana, e como um bem completo que se harmoniza com a mais elevada faculdade humana, qual seja a razão.

Dado que a atividade contemplativa não é outra coisa senão o próprio uso da razão, então se a razão é o que há de mais nobre no homem, a felicidade perfeita será a contemplação.

Sendo a razão a mais nobre faculdade inerente ao homem, ela é portanto algo divino.

A consideração a seguir mostrará com mais clareza que a felicidade perfeita é uma atividade contemplativa. Supomos que os deuses sejam sumamente bem-aventurados e felizes; porém. Que espécie de ações devemos lhes atribuir? Ações justas? Não pareceria absurdo que os deuses fizessem contratos, restituíssem depósitos e outras coisas semelhantes? Porque é nobre assim proceder, praticariam atos de coragem, enfrentando perigos e expondo-se a riscos? Ou atos de liberalidade? Seria efetivamente muito estranho se os deuses tivessem dinheiro ou algo do gênero. E no caso deles o que significaria dizer atos de temperança? Não será ridículo louvá-los por isso, visto que não têm maus desejos?(ARISTÓTELES, 2001, p.232).

A vida contemplativa é a mais perfeita e, conseqüentemente, ela atende ao critério da autossuficiência, critério esse que se faz necessário para ocupar o posto de bem supremo.

Ser autárquico implica ser completa e ser desejada por si mesma. Desse modo, a vida contemplativa atende mais um dos critérios estabelecidos por Aristóteles, para que possa ocupar o lugar de bem final da existência humana. Além de possuir as características necessárias para ocupar tal lugar, a contemplação também possui um atributo de grande relevância, qual seja, o de ser uma atividade praticada pelos deuses.

E é essa característica peculiar que servirá de base para o pensador grego sustentar sua concepção de felicidade no desenrolar do livro X.

Aristóteles sustenta a tese da felicidade completa como sendo a atividade contemplativa baseando-se nos deuses, pois sendo considerados os mais felizes, não realizam ações práticas indignas deles, não carecem de recursos externos para realizar tais ações, e são ativos.

O pensador grego quer mostrar que se tirarmos dos deuses as ações práticas sobrarão somente à atividade contemplativa. Portanto, se é por possuir a capacidade contemplativa que os deuses são considerados felizes, logo o homem só será feliz através da atividade que mais o aproxima dos deuses, a saber, a contemplação.

Para o pensador grego, os deuses são providos de bem aventuranças, vivem uma vida contemplativa e, como consequência de viverem desse modo, nada lhes falta. E à medida que o homem se dedica a tal modo de vida, também se tornará feliz. Nas palavras do Estagirita:

Se analisássemos uma por uma as formas de virtude, as circunstâncias da ação nos pareceriam triviais e indignas dos deuses; mesmo assim, supomos todos que eles vivem e, portanto, que eles estão em atividade. Não podemos imaginá-los a dormir como Endimion. Se privarmos um ser vivente da ação e, mais ainda, da ação produtiva, que lhe restará além da contemplação? Portanto, a atividade dos deuses, que ultrapassa todas as outras pela bem-aventurança, deve ser contemplativa; e entre as atividades humanas, a que mais afinidade tem com esta é a que mais deve participar da felicidade. (ARISTÓTELES, 2001, p.232).

A conexão entre felicidade e contemplação torna-se ainda mais explícita quando Aristóteles afirma que:

A felicidade chega somente onde há contemplação, e as pessoas que são mais capazes de exercer a atividade contemplativa são as que mais fruem a felicidade, não como simples acessório, mas em razão da contemplação mesma, pois esta é preciosa por si mesma. E assim, a felicidade deve ser alguma forma de contemplação (ARISTÓTELES. 2001, p.233).

Ao analisar os argumentos expostos, de maneira bastante resumida, nascem em nossos espíritos as seguintes indagações: a concepção de felicidade apresentada no livro I está sendo coerente com a do livro X? Ora, como poderia o homem, sendo um ser que possui limitações naturais, viver uma vida plenamente contemplativa?

Retomaremos as afirmações feitas por Aristóteles acerca do bem final, nas quais ele identifica o bem final como algo que deva ser buscado por si mesmo, e nunca visando a nenhum outro, um bem capaz de completar nossos desejos e aspirações de maneira excelente. E, por fim, um bem em virtude do qual todas as nossas ações se realizem de forma excelente.

Se bem nos lembramos no livro I, Aristóteles nos fala de uma vida feliz voltada para uma vida prática em harmonia com as virtudes dentro do âmbito da polis. Porque estaria ele mudando de estratégia? O pensador grego estaria sendo incoerente consigo mesmo?

Com efeito, Aristóteles valoriza a vida contemplativa no construto da vida feliz. No entanto, não nos parece que ele defende essa forma de vida como a única forma de felicidade. Pensamos que a vida contemplativa contribui de alguma forma para a felicidade humana. Mas dizer que é a única possibilidade de felicidade não condiz com o pensamento aristotélico, visto que esse pensador atribui uma significativa importância à vida prática e sua relação com as virtudes.

A felicidade concebida de maneira exclusivamente contemplativa parece-nos não condizer com nossa condição humana. E em reconhecimento de nossas limitações o Estagirita assim se expressa:

Mas o homem feliz, enquanto homem necessita também de bens exteriores, pois nossa natureza não basta a si mesma para fins da contemplação: Nosso corpo também necessita, para ser saudável, de ser alimentado e cuidado (ARISTÓTELES, 2001, p.233).

Aristóteles reconhece que embora os homens possuam atributos que lhe aproximam da divindade, eles, os homens, estarão sempre a se deparar com suas necessidades práticas, e isso lhe impedirá de permanecerem em constante contemplação.

Pensamos que talvez fosse melhor adotarmos uma postura mais flexível com relação a uma possível tensão ou ruptura entre os livros I e X.

Achamos que uma possibilidade de flexibilidade seria se admitir que Aristóteles tenha mesmo postulado duas formas de felicidade, uma para o filósofo e outra para o político. Como detectou Wolf:

Em minha opinião, o melhor modo de resolver as discrepâncias entre as concepções apresentadas até aqui e o livro X é admitirmos que nos livros II-VI, Aristóteles elaborou o bem viver para o político, enquanto no livro X adota a perspectiva do filósofo (WOLF, 2010, P. 262-263).

Ainda de acordo com Wolf:

Aqueles que escolhem a vida da *theoria* poderiam fazer isso, fundamentalmente, de dois modos. Poderiam afirmar que (...) só a filosofia seria desejável por causa de si mesma, e todo o restante, inclusive as atividades de acordo com a arete ética, seriam apenas desejáveis como meio para a filosofia ou para prover as condições exigidas para o ócio (...) ou poderiam afirmar que a *eudaimonia* contém períodos próprios da *theoria* como também períodos de atividade de acordo com a arete ética, e também estes últimos seriam desejáveis em si mesmos. (WOLF, 2010, p. 263).

Parece-nos que Aristóteles não escolhe a vida contemplativa e exclui a atividade prática do construto da vida feliz, nem faz desta última inferior à primeira, haja vista que o pensador grego exalta a prática das atividades virtuosas ao longo da sua ética. Portanto, pelo menos a nosso ver, parece existir uma harmonização entre as atividades contemplativa e prática, cada qual com sua relevância dentro da polis.

4. Conclusão

Concluindo o nosso trabalho investigativo em torno da concepção de felicidade na ética aristotélica, vimos que, no primeiro livro da *Ética a Nicômaco*, o filósofo grego apresenta o bem como sendo algo que todos desejam naturalmente, isto é, a felicidade. Para o filósofo grego, a felicidade é o bem supremo almejado por todos, sendo o único bem que é buscado por si e nunca em vista de outro.

Aristóteles argumentou que a vida dos deuses é bem-aventurada e a do homem é na medida em que se assemelha com a atividade divina. A felicidade é atributo exclusivamente humano, visto que os demais seres vivos não são dotados da faculdade especulativa. Para o Estagirita, quando mais capacidade especulativa o homem possuir maior será a sua capacidade de ser feliz.

Quanto a isso todos concordam, porém definir em que consiste esse bem não é tão simples. Visto que surgem várias opiniões controversas. Uns dizem ser a riqueza, a honra e o prazer, mas a felicidade não é riqueza, dado que a riqueza é um bem exterior, nem tampouco, a honra, pois a queremos para sermos reconhecidos. A felicidade não está no prazer, pois esses nos igualam aos animais. Por fim a felicidade está na atividade racional da alma, a única atividade direcionada para si mesma, isto é a contemplação.

Embora a felicidade seja o fim último da existência humana alcançá-lo não é tarefa fácil. Mas, com o propósito de direcionar nossas ações pelo caminho reto, Aristóteles indica o caminho das virtudes, mais precisamente o caminho da virtude humana, visto que a felicidade que se busca é a felicidade do homem, o único ser vivo capaz de possuí-la.

As virtudes exercem um papel fundamental na concepção de felicidade aristotélica porquanto são elas que potencializam a busca do homem pelo bem supremo, e é pelas virtudes que os cidadãos são impulsionados a praticar as ações nobres e justas. Não basta o homem ser bom; é preciso buscar a excelência das ações e os homens se tornam bons praticando bons atos.

Por fim, a investigação da doutrina da felicidade aristotélica nos mostrou que as virtudes são importantes no construto da vida feliz. Para o pensador grego, não há

superioridade entre as virtudes éticas e intelectuais, nem tampouco uma tensão entre ambas as atividades, e sim uma relação de complementaridade.

O Estagirita, na busca da definição da felicidade, acaba enveredando por caminhos que possibilitaram uma interpretação dúbia de vida feliz, a saber, vida teórica e vida prática.

Não obstante as divergências geradas a partir da possibilidade de haver ou não duas propostas de vida feliz na ética aristotélica, concluímos que felicidade na visão aristotélica postula um entendimento ético-político da existência humana e não uma felicidade contemplativa, no sentido transcendente, e desprovida de qualquer ação prática. Em outras palavras, a concepção de felicidade aristotélica é a felicidade da práxis humana.

5. Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. Pietro Nasseti. 3. ed. São Paulo: Editora Afiliada, 2001.

_____. *Éthica Nicomachea I 13 – III 8*. Trad. Marco Zingano. São Paulo: Odysseus, 2008.

_____. *Política*. 3. ed. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

Hardie, W.F.R.(1968). The Final Good in Aristotle's Ethics. In MORAVCSIK, p.297-322.

Hooft, Stan Van. *Ética da virtude*. Trad. Fábio Creder. Petrópolis. Vozes, 2013.

ZINGANO, Marco (org.). *Sobre a Ética Nicomacheia de Aristóteles*. São Paulo: Odysseus, 2010.

_____. *Estudos de Ética Antiga*. 2ed. Marco Zingano. São Paulo: Discurso Editorial: Paulus, 2009.

WOLF, Ursula. *A Ética a Nicômaco de Aristóteles*. Trad. Ênio Paulo Giachini. São Paulo: Loyola, 2010.